



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

### ESTADO DO TOCANTINS

ANO I - EDIÇÃO Nº 166 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Sexta-Feira, 18 de novembro de 2016.

## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 900/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o disposto na Resolução nº 009/2014/CPJ;

Considerando o teor do Memorando nº 156/2016/Cesaf, de 08 de novembro de 2016, emitido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Cesaf;

#### RESOLVE:

Art. 1º FIXAR o quantitativo de vagas e locais de lotação de estagiários do Programa de Estágios para Estudantes no Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme discriminado a seguir:

UNIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO	LOCALIDADE	QTDE	CURSO
Promotorias de Justiça de Araguaína	Araguaína	13	DIREITO
Promotoria de Justiça de Arapoema	Arapoema	1	DIREITO
Promotorias de Justiça de Augustinópolis	Augustinópolis	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Axixá do Tocantins	Axixá	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Colinas	Colinas	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Cristalândia	Cristalândia	1	DIREITO
Sede das Promotorias de Justiça de Dianópolis	Dianópolis	2	DIREITO
Promotoria de Formoso de Araguaia	Formoso	1	DIREITO
Promotorias de Justiça de Guaraí	Guaraí	1	DIREITO
8ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	DIREITO
9ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins	Miracema	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Natividade	Natividade	1	DIREITO
13ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
14ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
20ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
22ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
23ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
26ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
28ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso	1	DIREITO
4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso	1	DIREITO
1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Peixe-TO	Peixe	1	DIREITO
01ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
03ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
04ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
07ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis	1	DIREITO
Conselho Superior do Ministério Público	Palmas	2	DIREITO
Sala de Atendimento ao Cidadão - SACI	Palmas	1	DIREITO
Departamento de Licitação	Palmas	1	DIREITO
CAOMA	Palmas	1	ARQUITETURA E URBANISMO
CAOMA	Palmas	1	ENGENHEIRO AMBIENTAL
CAOCID	Palmas	1	ASSISTÊNCIA SOCIAL
CESAF	Palmas	1	SISTEMA PARA INTERNET
Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	Palmas	1	SISTEMA PARA INTERNET
Departamento de Finanças e Contabilidade	Palmas	1	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Cartório de 2ª instância	Palmas	2	SECRETÁRIO
<b>TOTAL</b>		<b>56</b>	

Art. 2º REVOGA-SE a Portaria nº 679/2016, 31 de agosto de 2016, e demais disposições contrárias.

#### PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 16 de novembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 901/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 17, III, "I", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, Ato nº 11/2010, Ato nº 039/2008 e Resolução nº 30 do CNMP, e tendo em vista a renúncia do Promotor de Justiça Eleitoral Eurico Greco Puppio;

#### RESOLVE:

Art. 1º INDICAR ao Senhor Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, a Promotora de Justiça abaixo relacionada, que atuará perante a Justiça Eleitoral, no período (biênio) especificado:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
9ª	TOCANTINÓPOLIS	CYNTHIA ASSIS DE PAULA	10/11/2016 a 09/11/2018

Art. 2º Revoga-se a Portaria 785/2016.

#### PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 16 de novembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 902/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ADRIANO ZIZZA ROMERO para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Colinas do Tocantins - TO, no dia 09 de novembro de 2016, Processo nº 5000117-10.2008.827.2713.

#### PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 16 de novembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 903/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça LISSANDRO ANIELLO ALVES PEDRO para atuar nas audiências de precatórias da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, do dia 17 de novembro de 2016.

#### PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

TOCANTINS, em Palmas, 16 de novembro de 2016.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 904/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça MILTON QUINTANA para atuar nas audiências da 3ª Promotoria de Justiça da Capital - 2ª Vara Criminal da comarca de Palmas - TO, no dia 21 de novembro 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 16 de novembro de 2016.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 905/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça LISSANDRO ANIELLO ALVES PEDRO para atuar nas audiências da 3ª Promotoria de Justiça da Capital - 2ª Vara Criminal da comarca de Palmas - TO, no período da manhã do dia 17 de novembro 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de novembro de 2016.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 906/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ADRIANO ZIZZA ROMERO para atuar no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Guará - TO, a partir de 17 de novembro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de novembro de 2016.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº : 2016/0701/000486

ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercício relativa à cumulação de Promotoria de Justiça.

INTERESSADA: Weruska Rezende Fuso Prudente.

**DESPACHO Nº 520/2016** – Nos termos do art. 17, inciso XII, alínea "i", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, observado o disposto no art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, considerando a Decisão de 14 de outubro de 2016, fl. 03, e demais documentos carreados nos autos epigrafados, RECONHEÇO a dívida

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

de exercício anterior, no valor total de R\$ 6.582,78 (seis mil e quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos), correspondente aos cálculos apurados, conforme apontados na Planilha às fls. 05, relativa à cumulação da 12ª Promotoria de Justiça da Capital com a Coordenação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – CAOPIJ, no período de 16/06/2015 a 30/06/2015 e 16/11/2015 a 30/11/2015, realizada pela Promotora de Justiça Weruska Rezende Fuso Prudente, durante afastamento do Coordenador titular, Promotor de Justiça SIDNEY FIORI JÚNIOR, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária vigente, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores, motivo que AUTORIZO o pagamento total da respectiva despesa em favor da Requerente.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 16 de novembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão  
INTERESSADO: LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO PINTO

**DESPACHO Nº 522/2016** – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO PINTO, para conceder-lhe 02 (dois) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 17 e 18 de novembro de 2016, em compensação aos dias 27 e 28/08/2015 e 01 e 02/10/2015, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 16 de novembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2014.0701.00413  
ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 170/2014, referente à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em sistema de ar condicionado – 2º Termo Aditivo  
INTERESSADAS: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e TERMOTINS AR CONDICIONADO LTDA.

**DESPACHO Nº 523/2016** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 7, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e em consonância com o Parecer Administrativo nº 195/2016, às fls. 782/784, emitido pela Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, AUTORIZO a Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 170/2014, firmado entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa TERMOTINS AR CONDICIONADO LTDA, referente à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, e operacionalização diária do sistema de ar condicionado central e seus aparelhos integrantes e dos demais aparelhos condicionadores de ar do tipo split, bem como para eventuais alterações de locais de funcionamento dos aparelhos, englobando neste serviço as desinstalações e reinstalações, com mão de obra, peças e materiais necessários, por mais 12 (doze) meses, a partir de 11 de dezembro de 2016. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato originário e DEFIRO a lavratura definitiva do 2º Termo Aditivo ao citado Contrato, bem como determino o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, 17 de novembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

AUTOS: 2016/0701/00481

ASSUNTO: Afastamento para participar de curso de formação.  
INTERESSADO: JOVENTINO PEREIRA DA COSTA JÚNIOR.

**DESPACHO Nº 524/2016** – Considerando a Decisão favorável acostada nos autos em epígrafe às fls. 17/21; nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1 e inciso XII, alíneas “h” e “i”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, com amparo no art. 117, V, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007 e art. 11, IV, do ATO PGJ Nº 085/2016, DEFIRO o pedido formulado pelo servidor JOVENTINO PEREIRA DA COSTA JÚNIOR, Técnico Ministerial – Assistência Administrativa, matrícula nº 83708, para conceder-lhe afastamento, sem prejuízo de sua remuneração, à exceção do auxílio-alimentação, para participar do Curso de Formação Profissional para o cargo de Escrivão de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins, para o qual foi convocado nos termos do Edital nº 002/32-2014, programado para ser ministrado no período de 07 de novembro a 21 de dezembro de 2016, em Palmas – TO.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de novembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### CONVOCAÇÃO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e objetivando estruturar a rede estadual de proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, CONVOCA os Promotores de Justiça atuantes na área da Infância e Juventude, abaixo relacionados, para que compareçam ao “III Fórum Estadual sobre Violência Sexual”, a realizar-se no dia 25 de novembro de 2016, a partir das 8 horas, no auditório do Palácio Araguaia, em Palmas.

CALEB DE MELO FILHO;  
CELSIMAR CUSTODIO SILVA;  
FERNANDO ANTONIO SENA SOARES;  
GUILHERME GOSELING ARAÚJO;  
ISABELLE ROCHA VALENÇA FIGUEIREDO;  
JOÃO NEUMANN MARINHO DA NÓBREGA;  
JULIANA DA HORA ALMEIDA;  
JUSSARA BARREIRA SILVA AMORIM;  
KONRAD CÉSAR RESENDE WIMMER;  
LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO PINTO;  
LUIZ FRANCISCO DE OLIVEIRA;  
PAULO SÉRGIO FERREIRA DE ALMEIDA;  
RUTH ARAÚJO VIANA;  
SIDNEY FIORI JÚNIOR;  
VILMAR FERREIRA DE OLIVEIRA; e  
ZENAIDE APARECIDA DA SILVA.

Palmas, 16 de novembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## DIRETORIA-GERAL

### ATO CHGAB/DG Nº 032/2016

Homologa o resultado da Progressão Funcional Horizontal de servidor(es) efetivo(s) do Ministério Público do Estado do Tocantins aprovado(s) no Estágio Probatório.

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 004, de 17 de janeiro de 2013, tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 2.580, de 3 de maio de 2012, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e

Folha de Pagamento,

**R E S O L V E M:**

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Progressão Funcional de servidor(es) efetivo(s) do Ministério Público do Estado do Tocantins nominado(s) em anexo, aprovado(s) no Estágio Probatório, progredido(s) horizontalmente para o padrão subsequente da classe, conforme disposto no anexo único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 17 de novembro de 2016.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J.

**ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG Nº 032/2016,  
DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016  
RESULTADO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL**

MAT.	SERVIDOR	CARGO	EXERCÍCIO	ESTABILIZAÇÃO	CLASSE ANT.	CLASSE PADRÃO ATUAL
122413	Marina Armondes Milhomem	Analista Ministerial	11/11/2013	11/11/2016	HA1	HA2
122513	Vailson Valentim da Silva	Analista Ministerial	13/11/2013	13/11/2016	HA1	HA2
122613	Acelismario Alves Nogueira	Analista Ministerial	21/11/2013	21/11/2016	HA1	HA2
121213	Helois Casado Lima Guelpe de Souza	Analista Ministerial	08/07/2013	24/11/2016	HA1	HA2
122713	Bruna Sousa de Oliveira	Analista Ministerial	25/11/2013	25/11/2016	HA1	HA2

**PORTARIA DG Nº 146/2016**

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 22ª Promotoria de Justiça da Capital, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010145357201611, em 16 de novembro de 2016, da lavra do Dr. Adriano César Pereira das Neves, Promotor de Justiça em substituição.

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Caio Rúbem da Silva Patury, a partir do dia 16/11/2016, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, marcadas anteriormente de 09/11/2016 a 18/11/2016, assegurando o direito de usufruto dos 03 (três) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 17 de novembro de 2016.

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

**GRUPO ESPECIAL DE ATUAÇÃO  
FUNCIONAL**

**GRUPO ESPECIAL DE CONTROLE EXTERNO DA  
ATIVIDADE POLICIAL**

**EDITAL**

O Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GECEP,

atendendo ao art. 21 § 2º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados, sobre a Notícia de Fato – NF nº 01/2016 - objeto: Notícia de Fato de Agente de Polícia Civil de Aparecida do Rio Negro-TO, que, de acordo com o art. 1º §§ 3º e 4º da Resolução nº 003/2011, do Conselho Superior do Ministério Público, encaminhou-se cópia digitalizada do Despacho s/n – Notícia de Fato nº 01/2016, em epígrafe, via e-Doc., à Promotoria de Justiça de Novo Acordo -TO, a fim de que este Órgão de execução, se entender necessário, solicite formalmente o apoio do GECEP.

Palmas-TO, 14 de novembro de 2016.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE REMARCAÇÃO DO PREGÃO nº 038/2016**

**EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME/EPP**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica a quem possa interessar, que o Pregão Presencial nº 038/2016, processo nº 2016/0701/00369, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, destinados ao atendimento das necessidades do Setor de Fisioterapia e Enfermagem desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins foi declarado fracassado para o item 28. Ficando remarcada a sessão referente ao mesmo para o dia 01/12/2016, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na sala de licitações no 2º Piso, do Prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 17 de novembro de 2016.

Renato Alves do Couto  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
Em Substituição

**21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA  
CAPITAL**

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO  
CIVIL PÚBLICO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 03/2016

FUNDAMENTOS: Artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV da Lei n. 8625/93 e artigo 61, inciso I da Lei Complementar n. 51/2008.

ORIGEM: Autos n. 2016.3.29.21.0202

OBJETO: Acompanhar a reposição de dias letivos e dos conteúdos programáticos não ministrados em razão da greve dos servidores da Rede Estadual de Educação no ano de 2016.

INVESTIGADOS: Secretaria Estadual de Educação e Servidores da Rede Estadual de Educação.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 28 de outubro de 2016.

ZENAIDE APARECIDA DA SILVA  
21.ª Promotora de Justiça da Capital

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO  
CIVIL PÚBLICO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 04/2016

FUNDAMENTOS: Artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV da Lei n. 8625/93 e artigo 61, inciso I da Lei

Complementar n. 51/2008.

ORIGEM: Autos n. 2016.3.29.21.0203

OBJETO: Acompanhar a regularidade e o funcionamento das instituições e programas que executam Programas de Proteção Crianças e Adolescentes.

INVESTIGADOS: Entidades governamentais e não-governamentais que executam Programas de proteção.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 31 de outubro de 2016.

ZENAIDE APARECIDA DA SILVA  
21.ª Promotora de Justiça da Capital

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 05/2016

FUNDAMENTOS: Artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV da Lei n. 8625/93 e artigo 61, inciso I da Lei Complementar n. 51/2008.

ORIGEM: Autos n. 2016.3.29.21.0204

OBJETO: Acompanhar e promover o respeito à integridade física dos adolescentes, alunos da rede estadual e federal de ensino acampados em unidades escolares no Estado do Tocantins.

INVESTIGADOS: Entidades governamentais e não-governamentais que executam Programas de proteção.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 31 de outubro de 2016.

ZENAIDE APARECIDA DA SILVA  
21.ª Promotora de Justiça da Capital

## 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EDITAL

Diante da previsão constante do art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 12, § 1.º, da Resolução n.º 003/2008, do Conselho Superior do

Ministério Público do Estado do Tocantins, de 09 de setembro de 2008, e considerando a certidão expedida pelo Servidor das Promotorias de Justiça de Gurupi designado para a entrega das notificações, de que a empresa a ser notificada estaria fechada e extinta, o Promotor de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi, NOTIFICA a Empresa Representada: Escola Conveniada Espírita Bezerra e Menezes, de Gurupi/TO, por meio de seu Representante Legal, acerca da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 48/2015, cujo objeto é "apurar a situação das escolas particulares situadas no Município de Gurupi, no tocante a inclusão dos estudantes portadores de deficiência na rede regular de ensino", esclarecendo que os Autos deste Procedimento serão encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e, caso queiram, até a data da seção em que será homologado ou rejeitado tal arquivamento, as pessoas co-legitimadas poderão interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos, nos termos do art. 21, § 3º da Resolução n.º 03/2008/CSMP-TO e art. 10º, § 1.º, da Resolução CNMP n.º 023/2007.

Gurupi-TO, 16 de novembro de 2016.

### EDITAL

Diante da previsão constante do art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 12, § 1.º, da Resolução n.º 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, de 09 de setembro de 2008, e considerando a certidão expedida pelo Servidor das Promotorias de Justiça de Gurupi designado para a entrega das notificações, de que a empresa a ser notificada estaria desativada, o Promotor de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi, NOTIFICA a Empresa Representada: Posto Nossa Senhora Aparecida, de Gurupi/TO, por meio de seu Representante Legal, acerca da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 54/2015, cujo objeto é "apurar o aumento abusivo nos valores dos combustíveis, pelos postos revendedores do Município de Gurupi, a partir do aumento autorizado pela Petrobras no dia 29/09/2015", esclarecendo que os Autos deste Procedimento serão encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e, caso queiram, até a data da seção em que será homologado ou rejeitado tal arquivamento, as pessoas co-legitimadas poderão interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos, nos termos do art. 21, § 3º da Resolução n.º 03/2008/CSMP-TO e art. 10º, § 1.º, da Resolução CNMP n.º 023/2007.

Gurupi-TO, 16 de novembro de 2016.

**QUEREMOS OUVIR VOCÊ!**

**OUVIDORIA MPE**  
Sugira · Denuncie · Questione

(63) 3216-7598  
(63) 3216-7575

[www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)

[ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br)